TesouroNacional

Agosto/2014
Vol. 20, N. 08

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Setembro/2014

TesouroNacional

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira
Leandro de Lima Galvão

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 08 (agosto 2014). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5

Receitas do Tesouro Nacional....7

Transferências do Tesouro Nacional....11

Despesas do Tesouro Nacional....13

Previdência Social....19

Dívida Líquida do Tesouro Nacional....22

Dívida Interna Líquida....23

Dívida Externa Líquida....26

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central....5

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB....6

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central....7

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB....9

Tabela 5 - Dividendos pagos à União....10

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios....11

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB....12

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central....13

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....14

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....16

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano....17

Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano....17

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB....18

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social....19

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB....21

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social....21

Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional....22

Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional....23
Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....23
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional....25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional....26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional....26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central....6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central....6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar....16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência....20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional....22

Resultado Fiscal do Governo Central

Em agosto de 2014, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R$ 10,4 bilhões, contra déficit de R$ 2,2 bilhões em julho. O Tesouro Nacional apresentou déficit de R$ 4,5 bilhões, enquanto para Previdência Social (RGPS) e o Banco Central os déficits foram de R$ 5,9 bilhões e R$ 68,2 milhões, respectivamente.

R$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Jul/14	Ago/14	Variação %	Jan-Ago 2013	Jan-Ago 2014	Variação %
I. RECEITA TOTAL	101.203,2	99.875,8	-1,3%	747.795,1	802.795,8	7,4%
Receitas do Tesouro	74.147,2	71.821,5	-3,1%	556.524,6	590.839,0	6,2%
Receitas da Previdência Social	26.817,0	27.875,6	3,9%	189.260,9	209.851,4	10,9%
Receitas do Banco Central	238,9	178,7	-25,2%	2.009,6	2.105,4	4,8%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.116,4	17.410,5	32,7%	125.810,8	141.041,8	12,1%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	88.086,8	82.465,3	-6,4%	621.984,3	661.754,0	6,4%
IV. DESPESA TOTAL	90.301,4	92.888,2	2,9%	583.568,2	657.079,0	12,6%
Despesas do Tesouro	58.103,7	58.904,5	1,4%	355.922,1	411.071,8	15,5%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	31.812,5	33.736,8	6,0%	225.110,7	243.872,8	8,3%
Despesas do Banco Central	385,2	246,9	-35,9%	2.535,4	2.134,4	-15,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-2.214,6	-10.422,9	370,6%	38.416,1	4.675,0	-87,8%
Tesouro Nacional	2.927,1	-4.493,5	-	74.791,7	38.725,3	-48,2%
Previdência Social (RGPS)	-4.995,5	-5.861,2	17,3%	-35.849,9	-34.021,3	-5,1%
Banco Central [3]	-146,3	-68,2	-53,4%	-525,8	-29,0	-94,5%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,22%	0,14%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central diminuíram R$ 1,3 bilhão (1,3%), passando de R$ 101,2 bilhões em julho para R$ 99,9 bilhões em agosto de 2014. Esse comportamento decorreu principalmente da incidência de fatores sazonais na arrecadação do IRPJ/CSLL e da cota parte das compensações financeiras, parcialmente compensadas pela arrecadação, em agosto, de R$ 7,1 bilhões relativa ao pagamento de parcelamentos de débitos nos termos da Lei nº 12.996/2014. Desse montante, R$ 4,9 bilhões referem-se aos pagamentos à vista e R$ 2,3 bilhões ao recolhimento de pagamentos parcelados.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 4,3 bilhões (32,7%), reflexo da variação de arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), bem como do repasse sazonal de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R$ 2,6 bilhões (2,9%) no comparativo entre julho e agosto de 2014. Observou-se aumento de R$ 5,9 bilhões (16,2%) nas despesas de Custeio e Capital, de R$ 1,9 bilhão nas despesas da Previdência Social e redução de R$ 5,0 bilhões (22,7%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

O resultado primário do Governo Central, em agosto de 2014, foi deficitário em R$ 10,4 bilhões, contra déficit de R$ 2,2 bilhões no mês anterior.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões

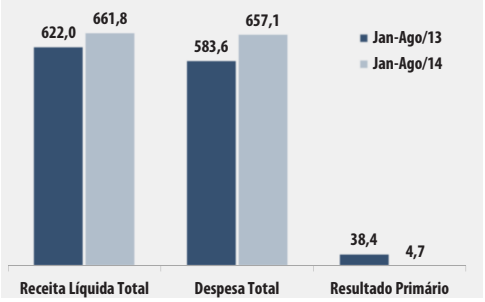
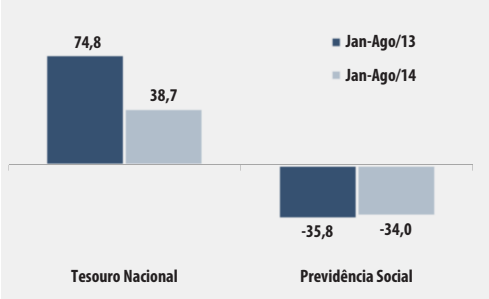


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



Comparativamente ao acumulado no mesmo período de 2013, houve decréscimo de R$ 33,7 bilhões (87,8%) no superávit até o mês de agosto. Esse comportamento reflete o decréscimo de R$ 36,1 bilhões (48,2%) no superávit do Tesouro Nacional, parcialmente compensado pela redução de R$ 1,8 bilhão (5,1%) no déficit da Previdência Social e de R$ 496,8 milhões no déficit do Banco Central.

Em 2014, o superávit do Governo Central, acumulado até agosto, foi de R$ 4,7bilhões, o equivalente a 0,14% do PIB.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R$ 55,0 bilhões (7,4%) relativamente ao acumulado até agosto de 2013. Desse montante, destaca-se o crescimento das receitas de impostos (R$ 18,1 bilhões), contribuições (R$ 8,1 bilhões), demais receitas do Tesouro (R$ 6,3 bilhões) e receitas previdenciárias (R$ 20,6 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 15,2 bilhões (12,1%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R$ 9,3 bilhões (9,8%) observado nas transferências constitucionais, de R$ 1,8 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R$ 1,6 bilhão (24,1%) nas transferências relacionadas ao Fundeb e de R$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela, em abril de 2014, do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013.

Ainda com relação ao período compreendido entre janeiro e agosto do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R$ 73,5 bilhões (12,6%), destacando-se os incrementos de R$ 9,1 bilhões (6,9%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R$ 36,1 bilhões (22,4%) nas outras despesas de custeio e capital. As variações mais significativas nas outras despesas de custeio e capital foram o aumento de R$ 16,6 bilhões (14,6%) nas despesas discricionárias e de R$ 13,3 bilhões (45,6%) nas despesas com o PAC. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária o pagamento de auxílio à CDE, a partir de julho de 2013, que alcançou em 2014 valor acumulado de R$ 6,5 bilhões, em comparação com R$ 2,0 bilhões no mesmo período do ano anterior, além das despesas de compensação do RGPS, a partir de abril de 2013, que acumulou R$ 11,3 bilhões em 2014, contra R$ 5,2 bilhões em 2013.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
GOVERNO CENTRAL	1,22%	0,14%
Tesouro Nacional	2,37%	1,15%
Previdência Social	-1,14%	-1,01%
Banco Central	-0,02%	0,00%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do
Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Jul/14	Ago/14	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	101.203,2	99.875,8	-1,3%	747.795,1	802.795,8	7,4%
I.1. Receitas do Tesouro	74.147,2	71.821,5	-3,1%	556.524,6	590.839,0	6,2%
Receita Bruta [2]	76.385,1	74.430,8	-2,6%	569.344,4	601.811,6	5,7%
Impostos	34.643,8	32.237,3	-6,9%	263.950,2	282.008,0	6,8%
IR	25.314,0	22.590,9	-10,8%	190.519,1	206.042,6	8,1%
IPI	3.911,1	4.127,3	5,5%	30.171,1	32.532,9	7,8%
Outros	5.418,7	5.519,1	1,9%	43.260,0	43.432,5	0,4%
Contribuições	28.481,2	27.561,1	-3,2%	218.977,5	227.114,0	3,7%
Cofins	15.444,5	15.933,8	3,2%	124.363,9	127.020,6	2,1%
CSLL	6.534,4	5.057,2	-22,6%	43.562,6	46.196,6	6,0%
Pis/Pasep	4.073,3	4.183,6	2,7%	33.038,8	33.972,4	2,8%
Cide-Combustíveis	0,9	0,7	-19,5%	7,5	6,1	-19,1%
Outras	2.428,1	2.385,8	-1,7%	18.004,6	19.918,3	10,6%
Demais	13.260,1	14.632,5	10,3%	86.416,8	92.689,6	7,3%
Cota parte de compensações financeiras	5.948,6	1.919,1	-67,7%	24.825,4	27.822,2	12,1%
Diretamente arrecadadas	3.667,9	3.294,9	-10,2%	30.246,0	30.129,7	-0,4%
Concessões	1.414,3	75,3	-94,7%	6.984,9	2.733,9	-60,9%
Dividendos	5,2	5.399,1	-	12.578,1	15.895,0	26,4%
Outras	2.224,0	3.944,0	77,3%	11.782,4	16.108,8	36,7%
(-) Restituições	-2.237,8	-2.609,3	16,6%	-12.768,2	-10.966,3	-14,1%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-51,6	-6,3	-87,8%
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	26.817,0	27.875,6	3,9%	189.260,9	209.851,4	10,9%
Receitas da Previdência Social - Urbano	26.268,4	27.312,1	4,0%	185.293,3	205.455,4	10,9%
Receitas da Previdência Social - Rural	548,6	563,4	2,7%	3.967,6	4.396,0	10,8%
I.3. Receitas do Banco Central	238,9	178,7	-25,2%	2.009,6	2.105,4	4,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

A Receita do Governo Central apresentou decréscimo de 1,3% relativamente ao mês de julho, devido, principalmente, à concentração sazonal de recolhimentos tributários naquele mês.

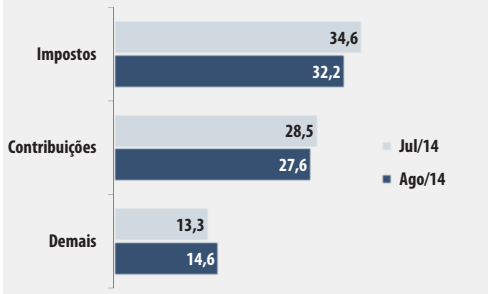
Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R$ 2,0 bilhões (2,6%), passando de R$ 76,4 bilhões, em julho, para R$ 74,4 bilhões em agosto de 2014. Essa redução é explicada, principalmente, pela concentração de recolhimentos tributários em julho, sem contrapartida em agosto. Esse fator foi parcialmente compensado pela arrecadação, em agosto, dos parcelamentos de débitos no âmbito da Lei nº 12.996/2014, a qual totalizou R$ 7,1 bilhões. Desse montante, R$ 4,9 bilhões referem-se aos pagamentos à vista e R$ 2,3 bilhões à entrada dos pagamentos parcelados.

Em agosto, a arrecadação referente aos pagamentos de parcelamentos no âmbito da Lei nº 12.996/2014 totalizaram R$ 7,1 bilhões.

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2014 - R$ Bilhões



As receitas de impostos federais totalizaram R$ 32,2 bilhões e as de contribuições R$ 27,6 bilhões, apresentando em seu conjunto um decréscimo de R$ 3,3 bilhões (5,3%) em relação aos valores apurados em julho. Essa evolução reflete, principalmente:

(i) redução de R$ 3,3 bilhões (27,1%) na arrecadação de IRPJ e de R$ 1,5 bilhão (22,6%) na da CSLL. Tal resultado refletiu principalmente o pagamento sazonal, em julho de 2014, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho de 2014;

ii) aumento de R$ 345,8 milhões (15,8%) na arrecadação do IRPF e de R$ 298,1 milhões (14,1%) do IRRF – Rendimentos do Capital; e

iii) crescimento de R$ 489,3 milhões (3,2%) na arrecadação da Cofins;

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R$ 1,4 bilhão (10,3%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

i) acréscimo de R$ 5,4 bilhões nas receitas de Dividendos;

ii) crescimento de R$ 1,8 bilhão (162,8%) em Outras receitas;

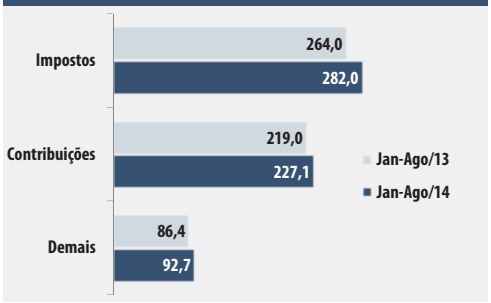
iii) decréscimo de R$ 4,0 bilhões (67,7%) nas receitas de cota parte de compensações financeiras decorrente do recolhimento trimestral, em julho, do pagamento da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e

iv) redução de R$ 1,3 bilhão (94,7%) nas receitas de concessões devido, principalmente, ao recolhimento, em julho, da parcela anual relativa à contribuição fixa de outorga de serviços de infraestrutura portuária (aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília).

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



Na comparação com o acumulado até agosto de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 32,5 bilhões (5,7%), passando de R$ 569,3 bilhões para R$ 601,8 bilhões. Esse resultado decorre, principalmente, do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, bem como das desonerações tributárias, em especial, da folha de pagamento. Destaque-se, ainda, a arrecadação extraordinária em maio de 2013, no valor de R$ 4,0 bilhões, referente a Cofins e ao IRPJ/CSLL. Adicionalmente, houve arrecadação em agosto de 2014 no valor de R$ 7,1 bilhões, referente à adesão aos parcelamentos de débitos, instituídos pela Lei nº 12.996/2014.

Até agosto de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 32,5 bilhões (5,7%) em relação ao ano anterior).

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 11,0 bilhões (12,4%) na arrecadação de IRRF, sobretudo em função de: a) crescimento de R$ 5,3 bilhões nas receitas com IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação nominal de 10,2% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro de 2013 a julho de 2014, em relação a igual período dos anos anteriores; b) acréscimo de R$ 3,2 bilhões no IRRF – Rendimentos de Capital devido, principalmente, aos aumentos de 43,0% do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa, e de 22,7% na arrecadação do item Outros; e c) R$ 1,6 bilhão no IRRF – Remessas ao Exterior, explicado sobretudo pelo comportamento dos itens royalties e assistência técnica (25,1%) e juros sobre capital próprio (26,5%);

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Ago	
	2013	2014
RECEITA BRUTA [1]	18,05%	17,94%
Impostos	8,37%	8,41%
IR	6,04%	6,14%
IPI	0,96%	0,97%
Outros	1,37%	1,29%
Contribuições	6,94%	6,77%
Cofins	3,94%	3,79%
CSLL	1,38%	1,38%
Pis/Pasep	1,05%	1,01%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,57%	0,59%
Demais	2,74%	2,76%
Cota parte de compensações financeiras	0,79%	0,83%
Diretamente arrecadadas	0,96%	0,90%
Concessões	0,22%	0,08%
Dividendos	0,40%	0,47%
Outras	0,37%	0,48%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

R$ Milhões

Tabela 5 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2013/2014		
Discriminação	Jan - Ago	
	2013	2014
Banco do Brasil	2.452,5	1.348,7
BNB	228,0	97,5
BNDES	5.801,4	7.829,7
Caixa	2.400,0	3.906,4
Correios	101,1	0,0
Eletrobras	18,4	230,5
IRB	1,1	50,0
Petrobras	1.015,5	2.012,7
Demais	560,1	419,5
Total	**12.578,1**	**15.895,0**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

ii) acréscimo de 3,0 bilhões (3,6%) no IRPJ e de R$ 2,6 bilhões (6,0%) na CSLL determinado, em grande parte, pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, bem como pela arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R$ 3,0 bilhões, em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária e pela diferença, a maior, de cerca de R$ 4,0 bilhões de pagamentos efetuados por meio de compensações tributárias, afetando, especialmente, o item relativo à "Estimativa Mensal".

iii) incremento de R$ 2,7 bilhões (2,1%) na Cofins e de R$ 933,5 milhões (2,8%) no Pis/Pasep, devido, sobretudo, ao efeito conjugado de: a) redução de 0,1% do volume de vendas de dezembro de 2013 a julho de 2014 em relação ao período de dezembro de 2012 a julho de 2013 (PMC-IBGE); b) compensações tributárias; c) alteração da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, em conformidade com a Lei nº 12.865/2012; e d) recolhimento extraordinário, referente a depósito judicial em maio de 2013, no valor de aproximadamente R$ 1,0 bilhão;

iv) crescimento de R$ 2,4 bilhões (7,8%) no IPI, principalmente em função do crescimento do IPI – Automóveis e do IPI – Outros, associado à recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de móveis e linha branca, e do IPI – Fumo; e

v) incremento de R$ 1,2 bilhão (10,5%) no Salário Educação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R$ 6,3 bilhões (7,3%), em relação ao acumulado de 2013, decorrente, principalmente, do efeito conjugado dos seguintes fatores:

i) do aumento de R$ 3,3 bilhões (26,4%) na arrecadação com dividendos, passando de R$ 12,6 bilhões em 2013 para R$ 15,9 bilhões em 2014;

ii) do crescimento de R$ 3,0 bilhões (12,1%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras, passando de R$ 24,8 bilhões até agosto de 2013 para R$ 27,8 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção e do preço internacional do petróleo e da taxa média de câmbio;

iii) do crescimento de R$ 3,8 bilhões (91,3%) de Outras receitas, influenciado sobretudo pelos recolhimentos relativos aos Parcelamentos da Lei nº 12.865/2013 e pela reabertura desses por meio da Lei nº 12.974/2014, sem contrapartida até julho de 2013; e

iv) da redução de R$ 4,3 bilhões (60,9%) em Concessões, principalmente em função do bônus de assinatura de contrato de concessão de campos de petróleo relativos à 11ª rodada da ANP realizado em julho de 2013 e do recolhimento, em maio e junho de 2013, de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Jul/14	Ago/14	Variação %	Jan - Ago 2013	Jan - Ago 2014	Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	13.116,4	17.410,5	32,7%	125.810,8	141.041,8	12,1%
Transferências Constitucionais	10.102,1	12.198,6	20,8%	95.196,8	104.483,5	9,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	162,5	162,5	0,0%	1.300,0	3.087,5	137,5%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	2.851,8	5.049,4	77,1%	29.256,7	33.354,7	14,0%
Salário Educação	841,6	856,7	1,8%	6.638,3	7.306,9	10,1%
Royalties	1.307,4	3.479,6	166,1%	15.884,4	16.214,2	2,1%
Fundef/Fundeb	685,8	685,8	0,0%	6.540,0	8.116,1	24,1%
Outras	16,9	27,3	61,6%	194,0	1.717,5	785,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

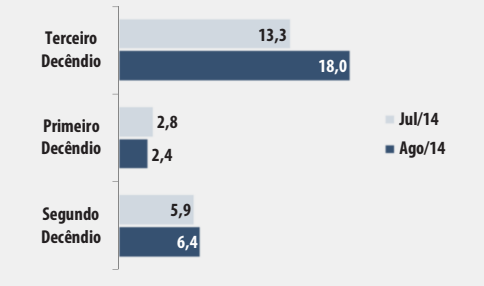
Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 4,3 bilhões (32,7%), totalizando R$ 17,4 bilhões, contra R$ 13,1 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

i) do acréscimo de R$ 2,2 bilhões (166,1%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em agosto, de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, arrecadados em julho;

ii) do aumento de R$ 2,1 bilhões (20,8%) nas transferências constitucionais, explicada, principalmente, pelo impacto do pagamento da 1ª cota ou cota única relativa à apuração trimestral do IRPJ.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014 - R$ Bilhões



As transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R$ 4,3 bilhões (32,7%) em agosto de 2014, devido, em parte, ao aumento de R$ 2,2 bilhões nas transferências de royalties de petróleo relativas à arrecadação trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R$ 15,2 bilhões (12,1%), influenciadas pelo aumento de R$ 9,3 bilhões (9,8%) nas transferências constitucionais e pelo aumento de R$ 4,1 bilhões (14,0%) em Demais Transferências.

No acumulado até agosto, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 15,2 bilhões (12,1%), elevando-se de R$ 125,8 bilhões em 2013 para R$ 141,0 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

i) aumento de R$ 9,3 bilhões (9,8%) nas transferências constitucionais, reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente em função da reclassificação, em dezembro de 2013, do Refis, com impacto nas transferências de janeiro de 2014;

ii) crescimento de R$ 1,8 bilhão (137,5%) nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 (totalizando R$ 3,1 bilhões em 2014), explicado pelo pagamento de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), no montante de R$ 1,9 bilhão no mês de janeiro, sem evento correspondente em igual período de 2013;

iii) acréscimo de R$ 1,6 bilhão (24,1%) nas transferências relacionadas ao Fundeb; e

iv) elevação de R$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013, paga em abril de 2014, sem contrapartida até o mesmo período do ano anterior, pois a primeira parcela foi paga em setembro de 2013.

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Ago	
	2013	2014
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	3,99%	4,20%
Transferências Constitucionais	3,02%	3,11%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	0,04%	0,09%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,00%	0,00%
Demais Transferências [2]	0,93%	0,99%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

2. Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.

Despesas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Jul/14	Ago/14	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2013	2014	
I. DESPESA TOTAL	90.301,4	92.888,2	2,9%	583.568,2	657.079,0	12,6%
I.1. Despesas do Tesouro	58.103,7	58.904,5	1,4%	355.922,1	411.071,8	15,5%
Pessoal e Encargos Sociais [2]	21.895,0	16.914,7	-22,7%	132.161,5	141.264,8	6,9%
Custeio e Capital	36.012,7	41.864,3	16,2%	222.149,6	268.105,1	20,7%
Despesa do FAT	4.664,7	9.716,3	108,3%	29.582,8	33.379,5	12,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	576,7	540,2	-6,3%	7.125,8	6.082,8	-14,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) [4]	3.485,6	3.126,6	-10,3%	22.461,8	25.063,4	11,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	1.200,0	1.150,0	-4,2%	1.968,0	6.451,8	227,8%
Outras Despesas de Custeio e Capital	26.085,8	27.331,3	4,8%	161.011,1	197.127,6	22,4%
Outras Despesas de Custeio	19.396,4	20.720,7	6,8%	118.898,9	143.465,2	20,7%
Outras Despesas de Capital [5]	6.689,4	6.610,6	-1,2%	42.112,2	53.662,4	27,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	196,0	125,5	-35,9%	1.610,9	1.701,9	5,6%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) [6]	31.812,5	33.736,8	6,0%	225.110,7	243.872,8	8,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	24.321,8	25.097,6	3,2%	173.180,7	187.533,5	8,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	7.490,7	8.639,2	15,3%	51.930,0	56.339,3	8,5%
I.3. Despesas do Banco Central	385,2	246,9	-35,9%	2.535,4	2.134,4	-15,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em agosto, a despesa do Governo Central aumentou R$ 2,6 bilhões, sendo R$ 800,8 milhões do Tesouro Nacional e R$ 1,9 bilhão da Previdência Social.

Despesas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 58,9 bilhões, representando um aumento de R$ 800,8 milhões (1,4%) em relação a julho de 2014. Esse comportamento decorreu do decréscimo de R$ 5,0 bilhões (22,7%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da elevação de R$ 5,9 bilhões (16,2%) nas despesas de Custeio e Capital e da redução de R$ 70,4 milhões (35,9%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

As despesas de pessoal e encargos totalizaram R$ 16,9 bilhões em agosto frente a R$ 22,0 bilhões no mês anterior, principalmente em virtude do adiantamento do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo em julho de 2014.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2014 - R$ Bilhões

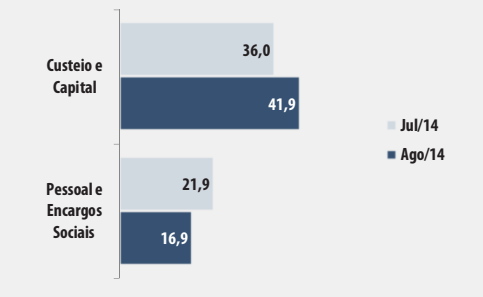
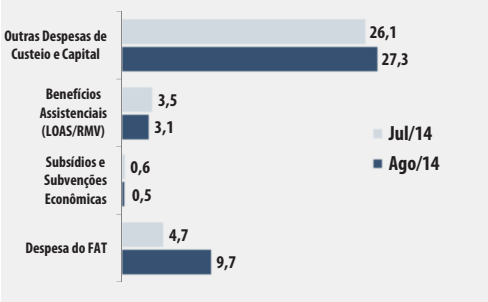


Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2014 - R$ Bilhões



i) acréscimo de R$ 5,1 bilhões (108,3%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2014/2015 (julho/2014 a junho/2015) regulamentado pela Resolução Codefat nº 731/2014;

ii) aumento de R$ 1,2 bilhão (4,8%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, concentradas principalmente no aumento de R$ 3,4 bilhões (68,7%) nas despesas com PAC. Adicionalmente, em agosto, houve diminuição de R$ 3,0 bilhões (16,5%) das despesas discricionárias, dentre as quais se destacam o acréscimo de R$ 1,5 bilhão observado nos desembolsos do Ministério do Desenvolvimento Social e as reduções de R$ 632,5 milhões nos gastos do Ministério da Educação e de R$ 158,7 milhões nos desembolsos do Ministério da Saúde.

R$ Milhões

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014

Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %
Precatórios e Sentenças	174,2	220,5	26,6%
Legislativo	154,2	125,4	-18,7%
Judiciário	794,8	698,8	-12,1%
Crédito Extraordinário [1]	228,3	247,5	8,4%
PAC [2]	5.006,8	8.448,9	68,7%
Outras [3]	323,6	1.145,1	253,9%
Compensação RGPS [4]	1.558,5	1.535,8	-1,5%
Discricionárias	17.845,4	14.909,3	-16,5%
Min. da Saúde	7.220,4	7.061,7	-2,2%
Min. do Des. Social	2.400,9	3.854,6	60,5%
Min. da Educação	3.884,9	3.252,4	-16,3%
Demais	4.339,2	740,6	-82,9%
Total	**26.085,8**	**27.331,3**	**4,8%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 55,1 bilhões (15,5%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R$ 46,0 bilhões (20,7%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R$ 9,1 bilhões (6,9%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões

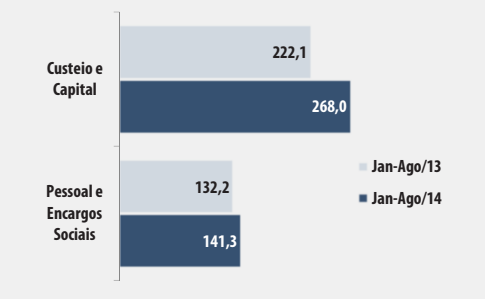
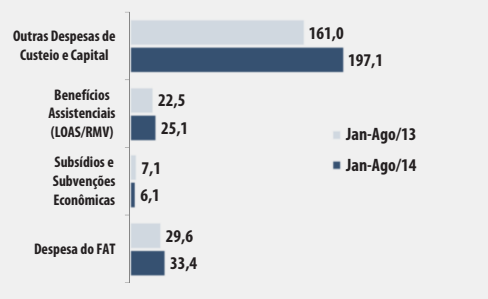


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



Em comparação ao acumulado de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 45,6%, alcançando um total de R$ 42,3 bilhões em 2014.

O aumento de R$ 46,0 bilhões observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R$ 36,1 bilhões (22,4%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R$ 16,6 bilhões (14,6%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R$ 13,3 bilhões (45,6%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R$ 6,1 bilhões (116,5%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de março de 2013, sendo que o primeiro dispêndio ocorreu em abril de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R$ 14,1 bilhões (32,9%); do Ministério da Educação, com incremento de R$ 7,1 bilhões (40,6%); e do Ministério do Desenvolvimento Social, com aumento de R$ 3,0 bilhões (18,5%);

ii) aumento de R$ 4,5 bilhões (227,8%) nas despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), devido ao fato de o primeiro pagamento ter acontecido em julho de 2013;

iii) incremento de R$ 2,6 bilhões (11,6%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2013. Essa variação é explicada pelo aumento de 5,0% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 9,0% e de 6,8% do salário mínimo nos anos de 2013 e 2014, respectivamente;

iv) aumento de R$ 3,8 bilhões (12,8%) nas despesas do FAT; e

R$ Milhões

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2013/2014			
Discriminação	Jan - Ago		Variação %
	2013	2014	
Precatórios e Sentenças	512,1	1.033,6	101,8%
Legislativo	973,5	1.085,2	11,5%
Judiciário	4.706,2	5.400,9	14,8%
Crédito Extraordinário [1]	4.490,3	3.085,2	-31,3%
PAC [2]	29.041,3	42.292,1	45,6%
Outras [3]	2.523,3	2.785,6	10,4%
Compensação RGPS [4]	5.223,6	11.310,8	116,5%
Discricionárias	113.540,7	130.134,1	14,6%
Min. da Saúde	48.264,8	57.030,7	18,2%
Min. do Des. Social	18.347,7	19.068,6	3,9%
Min. da Educação	19.577,5	24.459,6	24,9%
Demais	27.350,7	29.575,3	8,1%
Total	**161.011,1**	**197.127,6**	**22,3%**

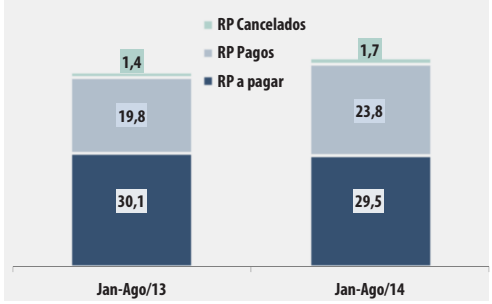
Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

v) redução de R$ 1,1 bilhão (26,7%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2013, alcançando R$ 6,1 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (diminuição de R$ 1,1 bilhão); b) Equalização de custeio agropecuário (aumento de R$ 447,4 milhões); e c) Política de preços agrícolas (elevação de R$ 487,8 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram aumento de 0,02 p.p., passando de 4,19% do PIB, no valor acumulado até agosto de 2013, para 4,21% do PIB, no mesmo período de 2014. Em termos nominais, houve crescimento de R$ 9,1 bilhões (6,9%), passando de R$ 132,2 bilhões no acumulado até agosto de 2013, para R$ 141,3 bilhões em 2014. Cumpre destacar que houve diminuição de R$ 3,1 bilhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até agosto de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R$ 23,8 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R$ 5,6 bilhões) e Educação (R$ 5,4 bilhões).

Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2013/2014		
Discriminação	Jan - Ago	
	2013	2014
Agricultura	2.962,0	2.052,0
Custeio Agropecuário	102,0	549,3
Investimento Rural	332,7	43,5
Preços Agrícolas	178,7	666,6
EGF	85,1	7,6
AGF	-75,7	361,9
Sustent. de preços	169,3	297,1
Pronaf	1.644,0	517,4
Pesa	590,3	272,9
Álcool	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	57,3	-51,0
FUNCAFÉ	50,0	53,2
Revitaliza	6,9	0,0
Outros	1.080,2	910,7
PSI	96,5	105,9
Op. Microcredito (EQMPO)	247,0	118,1
Op. Microcredito (EQPCD)	0,1	0,8
FND	0,0	0,0
FSA	250,0	80,0
Exportação (Proex)	39,5	319,8
Itaipu[1]	332,8	286,1
Capitalização à EMGEA	114,3	0,0
Total	**4.042,2**	**2.962,7**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2008/2014						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
Ago/08	2.766.384,5	9,0%	1.337.405,3	9,7%	1.428.979,3	8,4%
Ago/09	3.015.609,3	9,0%	1.467.925,0	9,8%	1.547.684,3	8,3%
Ago/10	3.250.635,9	7,8%	1.569.584,3	6,9%	1.681.051,6	8,6%
Ago/11	3.473.365,5	6,9%	1.647.486,8	5,0%	1.825.878,8	8,6%
Ago/12	3.651.917,3	5,1%	1.706.684,0	3,6%	1.945.233,3	6,5%
Ago/13	3.834.917,5	5,0%	1.774.290,9	4,0%	2.060.626,6	5,9%
Ago/14	4.025.627,9	5,0%	1.843.533,1	3,9%	2.182.094,8	5,9%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014		
Discriminação	Jan - Ago	
	2013	2014
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,29%	12,25%
Pessoal e Encargos Social	4,19%	4,21%
Custeio e Capital	7,04%	7,99%
Despesas do FAT	0,94%	0,99%
Subsídios e Subvenções [1]	0,23%	0,18%
LOAS/RMV	0,71%	0,75%
Outras	5,11%	5,88%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência
Social

R$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Jul/14	Ago/14	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2013	2014	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	26.817,0	27.875,6	3,9%	189.260,9	209.851,4	10,9%
Arrecadação Bruta	29.747,7	30.849,3	3,7%	212.011,6	235.231,3	11,0%
Contribuição Previdenciária	25.369,3	25.585,8	0,9%	185.584,1	200.049,3	7,8%
Simples	2.660,8	3.535,4	32,9%	19.431,0	22.459,6	15,6%
CFT	0,0	0,0	-	99,1	0,0	-100,0%
Depósitos Judiciais	154,1	182,8	18,6%	1.588,3	1.343,4	-15,4%
Refis	5,0	9,5	90,6%	85,5	68,3	-20,1%
Compensação RGPS [1]	1.558,5	1.535,8	-1,5%	5.223,6	11.310,8	116,5%
(-) Restituição/Devolução	-47,2	-108,8	130,5%	-655,0	-684,3	4,5%
(-) Transferências a Terceiros	-2.883,4	-2.865,0	-0,6%	-22.095,8	-24.695,6	11,8%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	31.812,5	33.736,8	6,0%	225.110,7	243.872,8	8,3%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.995,5	-5.861,2	17,3%	-35.849,9	-34.021,3	-5,1%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,14%	-1,01%	

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1 Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Em agosto de 2014, a Previdência Social registrou déficit de R$ 5,9 bilhões contra déficit de R$ 5,0 bilhões no mês anterior, principalmente devido ao pagamento do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.292/2014).

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto de 2014, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 5,9 bilhões, contra um déficit de R$ 5,0 bilhões em julho. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) aumento de R$ 1,9 bilhão (6,0%) no total de despesas com benefícios previdenciários, devido, principalmente, ao pagamento da primeira parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.292/2014); e

ii) a arrecadação líquida de agosto teve um crescimento de R$ 1,1 bilhão (3,9%) em relação a julho proveniente, especialmente, do aumento de arrecadação de R$ 874,6 milhões por meio do Simples e de R$ 216,6 milhões da contribuição previdenciária. Cumpre destacar que esse incremento reflete a adesão aos parcelamentos de débitos instituídos pela Lei nº 12.996/2014.

Previdência Social

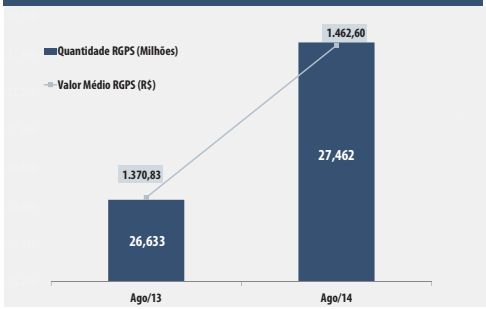
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até agosto, o déficit previdenciário passou de 1,14% do PIB em 2013 para 1,01% do PIB em 2014. Em termos nominais, o déficit teve uma redução de R$ 1,8 bilhão (5,1%) até agosto, acumulando R$ 34,0 bilhões no ano, contra R$ 35,8 bilhões em 2013.

O déficit previdenciário reduziu de 1,14% do PIB em 2013 para 1,01% do PIB em 2014.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de abril de 2013.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2013/2014



A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 20,6 bilhões (10,9%). Isso se deve ao crescimento de 10,2% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a julho de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R$ 14,5 bilhões (7,8%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o acréscimo de R$ 6,1 bilhões (116,5%) do montante de compensações do RGPS. Destaca-se também o aumento da arrecadação proveniente das micro e pequenas empresas, por meio do Simples, que teve um aumento de R$ 3,0 bilhões (15,6%).

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R$ 18,8 bilhões (8,3%), comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 91,76 (6,7%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 893,4 mil no número médio de benefícios mensais emitidos em 2014 (3,4%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 617,3 mil de benefícios referentes a aposentadorias, de 171,3 mil referentes a pensões por morte e 88,7 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;

iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R$ 4,2 bilhões até agosto de 2014 contra o pagamento de R$ 6,2 bilhões no mesmo período de 2013.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2013/2014					
Discriminação	R$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan - Ago			Jan - Ago	
	2013	2014		2013	2014
CONTRIBUIÇÃO	189.260,9	209.851,4	10,9%	6,00%	6,25%
Urbano	185.293,3	205.455,4	10,9%	5,88%	6,12%
Rural	3.967,6	4.396,0	10,8%	0,13%	0,13%
BENEFÍCIOS	225.110,7	243.872,8	8,3%	7,14%	7,27%
Urbano	173.180,7	187.533,5	8,3%	5,49%	5,59%
Rural	51.930,0	56.339,3	8,5%	1,65%	1,68%
RESULTADO PRIMÁRIO	-35.849,9	-34.021,3	-5,1%	-1,14%	-1,01%
Urbano	12.112,6	17.921,9	47,96%	0,38%	0,53%
Rural	-47.962,5	-51.943,3	8,3%	-1,52%	-1,55%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %	Média Jan - Ago		Variação %
				2013	2014	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.434	27.462	0,1%	26.322	27.215	3,4%
Previdenciários	26.577	26.607	0,1%	25.481	26.363	3,5%
Aposentadorias	17.676	17.709	0,2%	16.935	17.545	3,6%
Idade	9.355	9.375	0,2%	8.921	9.278	4,0%
Invalidez	3.154	3.155	0,0%	3.083	3.141	1,9%
Tempo de contribuição	5.167	5.179	0,2%	4.931	5.126	3,9%
Pensão por morte	7.246	7.252	0,1%	7.036	7.209	2,5%
Auxílio-Doença	1.468	1.462	-0,4%	1.341	1.430	6,6%
Salário - maternidade	92	87	-5,0%	86	86	-0,4%
Outros	95	96	1,3%	83	93	12,9%
Acidentários	856	855	-0,1%	840	852	1,4%
Aposentadorias	193	194	0,2%	184	192	4,1%
Pensão por morte	119	119	-0,2%	122	120	-1,5%
Auxílio - doença	175	173	-0,8%	172	173	0,1%
Auxílio - acidente	309	309	0,2%	298	307	3,1%
Auxílio - suplementar	60	60	-0,6%	64	61	-5,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R$ 1,0 trilhão em agosto de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R$ 26,3 bilhões, consequência do acréscimo de R$ 23,3 bilhões na dívida interna líquida e de R$ 3,1 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em agosto de 2014, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 20,1% do PIB, 0,5 p.p. inferior ao montante registrado em julho de 2013.

R$ Milhões

Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

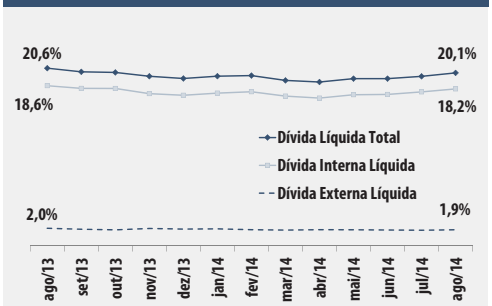
Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %	Ago/13	Ago/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	896.865,5	920.094,1	2,6%	869.898,8	920.094,1	5,8%
Dívida Interna	3.006.429,0	3.022.896,2	0,5%	2.781.374,4	3.022.896,2	8,7%
Haveres Internos	2.109.563,4	2.102.802,2	-0,3%	1.911.475,7	2.102.802,2	10,0%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	90.840,4	93.945,0	3,4%	95.278,6	93.945,0	-1,4%
Dívida Externa	91.205,6	94.425,1	3,5%	95.838,4	94.425,1	-1,5%
Haveres Externos	365,3	480,1	31,4%	559,8	480,1	-14,2%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	987.705,9	1.014.039,0	2,7%	965.177,4	1.014.039,0	5,1%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	19,7%	20,1%		20,6%	20,1%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a agosto de 2013, a DLTN aumentou R$ 48,9 bilhões, em decorrência do aumento de R$ 50,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da redução de R$ 1,3 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN reduziu cerca de 0,5 p.p. no mesmo período, passando de 20,6% em agosto de 2013 para 20,1% em agosto de 2014.

Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2013/2014 - % PIB



Dívida Interna
Líquida

R$ Milhões

Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %	Ago/13	Ago/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.006.429,0	3.022.896,2	0,5%	2.781.374,4	3.022.896,2	8,7%
Dívida Mobiliária	3.019.839,2	3.036.364,2	0,5%	2.778.254,1	3.036.364,2	9,3%
DPMFi em Poder do Público [1]	2.081.973,6	2.075.113,5	-0,3%	1.895.835,1	2.075.113,5	9,5%
DPMFi em Poder do Banco Central	970.900,6	992.013,1	2,2%	915.092,6	992.013,1	8,4%
(-) Aplicações em Títulos Públicos [2]	-33.034,9	-30.762,4	-6,9%	-32.673,6	-30.762,4	-5,8%
Demais Obrigações Internas	-13.410,3	-13.468,0	0,4%	3.120,3	-13.468,0	-531,6%
II. HAVERES INTERNOS	2.109.563,4	2.102.802,2	-0,3%	1.911.475,7	2.102.802,2	10,0%
Disponibilidades Internas	575.463,3	566.522,1	-1,6%	505.710,9	566.522,1	12,0%
Haveres junto aos Governos Regionais	532.054,2	529.678,2	-0,4%	512.995,0		-88,1%
Haveres da Administração Indireta	365.267,9	368.419,6	0,9%	319.680,7	368.419,6	15,2%
Haveres Administrados pela STN	636.778,1	638.182,1	0,2%	573.089,0	638.182,1	11,4%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	896.865,5	920.094,1	2,6%	869.898,8	920.094,1	5,8%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB [3]	17,9%	18,2%		18,6%	18,2%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.
2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou decréscimo de 0,4 p.p. comparativamente a agosto do ano anterior.

No mês de agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 920,2 bilhões, apresentando um acréscimo de R$ 23,2 bilhões em relação ao mês anterior, consequência do efeito conjunto de uma redução de R$ 6,8 bilhões no saldo de haveres internos e de um aumento de R$ 16,5 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 18,2% em agosto de 2014.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

R$ Milhões

Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %	Ago/13	Ago/14	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.081.973,6	2.075.113,5	-0,3%	1.895.835,1	2.075.113,5	9,5%
LFT	421.419,9	428.472,8	1,7%	440.455,1	428.472,8	-2,7%
LTN	613.226,7	640.507,2	4,4%	547.744,3	640.507,2	16,9%
NTN-B	720.462,2	671.178,3	-6,8%	605.782,6	671.178,3	10,8%
NTN-C	68.668,7	69.030,1	0,5%	65.863,5	69.030,1	4,8%
NTN-F	221.733,8	229.863,3	3,7%	199.945,8	229.863,3	15,0%
Demais [1]	36.462,3	36.061,7	-1,1%	36.043,8	36.061,7	0,0%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-33.034,9	-30.762,4	-6,9%	-32.673,6	-30.762,4	-5,8%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	970.900,6	992.013,1	2,2%	915.092,6	191120,70%	-99,8%
TOTAL	3.019.839,2	3.036.364,2	0,5%	2.778.254,1	3.036.364,2	9,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.

federais, cresceu R$ 16,5 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R$ 8,0 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R$ 22,2 bilhões.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R$ 22,2 bilhões e pelo resgate líquido de R$ 8,0 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional [1] - Brasil - 2014

Discriminação	Saldo Jul/14	Fatores de Variação [2]			Saldo Ago/14
		Emissões	Resgates [3]	Juros [4]	
EM PODER DO PÚBLICO	2.081.973,6	44.631,8	-66.304,4	14.812,4	2.075.113,5
LFT	421.419,9	6.424,0	-3.235,1	3.864,0	428.472,8
LTN	613.226,7	24.198,8	-2.171,0	5.252,8	640.507,2
NTN-B	720.462,2	7.815,5	-60.341,1	3.241,8	671.178,3
NTN-C	68.668,7	0,0	-0,3	361,7	69.030,1
NTN-F	221.733,8	6.093,0	-12,2	2.048,7	229.863,3
Demais [5]	36.462,3	100,5	-544,6	43,5	36.061,7
EM PODER DO BANCO CENTRAL	970.900,6	39.972,0	-26.291,7	7.432,2	992.013,1
TOTAL	3.052.874,2	84.603,8	-92.596,0	22.244,7	3.067.126,6

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A carteira de títulos em poder do público reduziu em R$ 6,9 bilhões em relação ao mês anterior. Houve resgate líquido de R$ 21,7 bilhões e apropriação de juros no valor de R$ 14,8 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, houve apropriação de juros no valor de R$ 7,4 bilhões e emissão líquida de R$ 13,7 bilhões, resultando em um aumento no estoque de R$ 21,1 bilhões.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram redução de R$ 6,8 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o decréscimo de R$ 8,9 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de agosto do exercício de 2013, houve aumento de R$ 191,3 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R$ 60,8 bilhões nas disponibilidades internas, que teve como destaque o saldo da conta única. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a agosto de 2013, foram os acréscimos de R$ 65,1 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional e de R$ 48,7 bilhões nos haveres da administração indireta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R$ 50,2 bilhões, passando de R$ 869,9 bilhões, em agosto de 2013, para R$ 920,1 bilhões em agosto de 2014. Esse comportamento é consequência do crescimento de R$ 241,5 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R$ 191,3 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve redução, passando de 18,6% para 18,2%.

R$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %	Ago/13	Ago/14	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	575.463,3	566.522,1	-1,6%	505.710,9	566.522,1	12,0%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	532.054,2	529.678,2	-0,4%	512.995,0	529.678,2	3,3%
Lei 9.496/97	419.336,3	417.222,5	-0,5%	400.372,1	417.222,5	4,2%
MP 2.185/01	73.470,5	73.497,0	0,0%	68.059,5	73.497,0	8,0%
Lei 8.727/93	13.178,6	13.155,3	-0,2%	16.704,7	13.155,3	-21,2%
Antecipação de Royalties	5.248,4	5.213,7	-0,7%	6.342,7	5.213,7	-17,8%
Bônus Renegociados	4.856,9	4.694,6	-3,3%	5.679,7	4.694,6	-17,3%
Demais Haveres	15.963,5	15.895,2	-0,4%	15.836,3	15.895,2	0,4%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	365.267,9	368.419,6	0,9%	319.680,7	368.419,6	15,2%
FAT	195.066,6	195.685,1	0,3%	180.191,2	195.685,1	8,6%
Fundos Regionais	88.893,7	89.704,6	0,9%	80.189,2	89.704,6	11,9%
Demais	81.307,5	83.029,9	2,1%	59.300,3	83.029,9	40,0%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	636.778,1	638.182,1	0,2%	573.089,0	638.182,1	11,4%
TOTAL	2.109.563,4	2.102.802,2	-0,3%	1.911.475,7	2.102.802,2	10,0%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa
Líquida

Em agosto de 2014, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 93,9 bilhões, que equivale a 1,9% do PIB.

R$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Jul/14	Ago/14	Variação %	Ago/13	Ago /14	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	91.205,6	94.425,1	3,5%	95.838,4	94.425,1	-1,5%
Dívida Mobiliária	82.037,1	85.418,6	4,1%	86.298,3	85.418,6	-1,0%
Euro	5.567,0	5.424,5	-2,6%	2.624,2	5.424,5	106,7%
Global US$	63.184,5	66.594,7	5,4%	70.234,0	66.594,7	-5,2%
Global BRL	13.285,6	13.399,4	0,9%	13.402,3	13.399,4	0,0%
Demais	-	-	-	37,8	-	-
Dívida Contratual	9.168,6	9.006,5	-1,8%	9.540,1	9.006,5	-5,6%
Organismos Internacionais	2.978,9	2.949,8	-1,0%	2.898,9	2.949,8	1,8%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.189,7	6.056,7	-2,1%	6.641,2	5086,72%	-99,2%
II. HAVERES EXTERNOS	365,3	480,1	31,4%	559,8	480,1	-14,2%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	365,3	480,1	31,4%	559,8	480,1	-14,2%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	90.840,4	93.945,0	3,4%	95.278,6	93.945,0	-1,4%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	1,8%	1,9%		2,0%	1,9%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 93,9 bilhões, contra R$ 90,8 bilhões em julho. Houve aumento de R$ 3,1 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial negativa de R$ 1,1 bilhão, da emissão líquida de R$ 2,9 bilhões e da apropriação de juros no valor de R$ 1,5 bilhão.

R$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014						
Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]				Saldo
	Jul/14	Emissões	Resgates [1]	Juros [2]	Variação Cambial	Ago/14
DÍVIDA MOBILIÁRIA [3]	82.037,1	7.842,3	-4.956,4	1.436,6	-941,0	85.418,6
Global US$	63.184,5	7.842,3	-4.956,4	1.299,0	-774,7	66.594,7
Euro	5.567,0	0,0	0,0	23,8	-166,3	5.424,5
Global BRL	13.285,6	0,0	0,0	113,8	0,0	13.399,4
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	9.168,6	4,2	-33,0	60,6	-193,9	9.006,5
Org. Internacionais	2.978,9	4,2	-4,5	7,6	-36,4	2.949,8
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.189,7	0,0	-28,5	53,0	-157,4	6.056,7
TOTAL	91.205,6	7.846,6	-4.989,5	1.497,2	-1.134,9	94.425,1

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a redução da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R$ 1,3 bilhão, passando de R$ 95,3 bilhões, em agosto de 2013, para R$ 93,9 bilhões, em agosto de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 90,5% (R$ 85,4 bilhões) e a dívida contratual representa 9,5% (R$ 9,0 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 0,1 p.p. no mesmo período, passando de 2,0% em agosto de 2013 para 1,9% em agosto de 2014.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
1. RECEITA TOTAL	**89.331,9**	**101.203,2**	**99.875,8**	**-1,3%**	**11,8%**
Receitas do Tesouro Nacional	***64.110,0***	***74.147,2***	***71.821,5***	***-3,1%***	***12,0%***
Receita Bruta	66.274,5	76.385,1	74.430,8	-2,6%	12,3%
Impostos	28.293,2	34.643,8	32.237,3	-6,9%	13,9%
Contribuições	25.985,0	28.481,2	27.561,1	-3,2%	6,1%
Demais [2/]	11.996,3	13.260,1	14.632,5	10,3%	22,0%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-2.164,4	-2.237,8	-2.609,3	16,6%	20,6%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	***24.881,3***	***26.817,0***	***27.875,6***	**3,9%**	**12,0%**
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	24.347,4	26.268,4	27.312,1	4,0%	12,2%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	533,8	548,6	563,4	2,7%	5,5%
Receitas do Banco Central	***340,7***	***238,9***	***178,7***	***-25,2%***	***-47,6%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**16.058,1**	**13.116,4**	**17.410,5**	**32,7%**	**8,4%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***11.412,9***	***10.102,1***	***12.198,6***	***20,8%***	***6,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***162,5***	***162,5***	***162,5***	***0,0%***	***0,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***4.482,7***	***2.851,8***	***5.049,4***	***77,1%***	***12,6%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**73.273,8**	**88.086,8**	**82.465,3**	**-6,4%**	**12,5%**
4. DESPESA TOTAL	**73.174,3**	**90.301,4**	**92.888,2**	**2,9%**	**26,9%**
Despesas do Tesouro Nacional	***42.242,0***	***58.103,7***	***58.904,5***	**1,4%**	**39,4%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	15.617,9	21.895,0	16.914,7	-22,7%	8,3%
Custeio e Capital	26.305,6	36.012,7	41.864,3	16,2%	59,1%
Despesa do FAT	4.509,3	4.664,7	9.716,3	108,3%	115,5%
Abono e Seguro Desemprego	4.445,3	4.606,7	9.653,0	109,5%	117,1%
Demais Despesas do FAT	64,0	58,0	63,3	9,1%	-1,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	405,5	576,7	540,2	-6,3%	33,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-21,5	300,7	185,4	-38,4%	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	427,0	276,0	354,8	28,6%	-16,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	2.815,0	3.485,6	3.126,6	-10,3%	11,1%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	1.450,0	1.200,0	1.150,0	-4,2%	-20,7%
Outras Despesas de Custeio e Capital	17.125,7	26.085,8	27.331,3	4,8%	59,6%
Outras Despesas de Custeio	13.797,8	19.396,4	20.720,7	6,8%	50,2%
Outras Despesas de Capital [7/]	3.327,9	6.689,4	6.610,6	-1,2%	98,6%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	318,5	196,0	125,5	-35,9%	-60,6%
Benefícios Previdenciários	**30.614,5**	**31.812,5**	**33.736,8**	**6,0%**	**10,2%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	22.729,8	24.321,8	25.097,6	3,2%	10,4%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	7.884,7	7.490,7	8.639,2	15,3%	9,6%
Despesas do Banco Central	**317,8**	**385,2**	**246,9**	**-35,9%**	**-22,3%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**99,5**	**-2.214,6**	**-10.422,9**	**370,6%**	**-**
Tesouro Nacional	***5.809,9***	***2.927,1***	***-4.493,5***	***-***	***-***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-5.733,2***	***-4.995,5***	***-5.861,2***	***17,3%***	***2,2%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	1.617,7	1.946,6	2.214,6	13,8%	36,9%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-7.350,9	-6.942,1	-8.075,8	16,3%	9,9%
Banco Central [10/]	***22,8***	***-146,3***	***-68,2***	***-53,4%***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-154,1**	**319,7**	**n.d.**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**-54,6**	**-1.895,0**	**n.d.**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-18.041,3**	**-27.921,5**	**n.d.**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-18.095,9**	**-29.816,4**	**n.d.**	**-**	**-**
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.114,6	1.254,2	1.219,3	-2,8%	9,4%
RMV [6/]	143,2	155,6	136,0	-12,6%	-5,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Ago	2014 Jan-Ago	Variação (%) Jan-Ago/14 Jan-Ago/13
1. RECEITA TOTAL	**747.795,1**	**802.795,8**	**7,4%**
Receitas do Tesouro Nacional	***556.524,6***	***590.839,0***	***6,2%***
Receita Bruta	569.344,4	601.811,6	5,7%
Impostos	263.950,2	282.008,0	6,8%
Contribuições	218.977,5	227.114,0	3,7%
Demais [2/]	86.416,8	92.689,6	7,3%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-12.768,2	-10.966,3	-14,1%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	***189.260,9***	***209.851,4***	***10,9%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	185.293,3	205.455,4	10,9%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	3.967,6	4.396,0	10,8%
Receitas do Banco Central	***2.009,6***	***2.105,4***	***4,8%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**125.810,8**	**141.041,8**	**12,1%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***95.196,8***	***104.483,5***	***9,8%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***1.300,0***	***3.087,5***	***137,5%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***57,3***	***116,1***	***102,5%***
Demais Transferências	***29.256,7***	***33.354,7***	***14,0%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**621.984,3**	**661.754,0**	**6,4%**
4. DESPESA TOTAL	**583.568,2**	**657.079,0**	**12,6%**
Despesas do Tesouro Nacional	***355.922,1***	***411.071,8***	***15,5%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	132.161,5	141.264,8	6,9%
Custeio e Capital	222.149,6	268.105,1	20,7%
Despesa do FAT	29.582,8	33.379,5	12,8%
Abono e Seguro Desemprego	29.257,8	33.065,9	13,0%
Demais Despesas do FAT	325,0	313,5	-3,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	7.125,8	6.082,8	-14,6%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.042,2	3.104,9	-23,2%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	3.083,6	2.978,0	-3,4%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	22.461,8	25.063,4	11,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	1.968,0	6.451,8	227,8%
Outras Despesas de Custeio e Capital	161.011,1	197.127,6	22,4%
Outras Despesas de Custeio	118.898,9	143.465,2	20,7%
Outras Despesas de Capital [7/]	42.112,2	53.662,4	27,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.610,9	1.701,9	5,6%
Benefícios Previdenciários	**225.110,7**	**243.872,8**	**8,3%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	173.180,7	187.533,5	8,3%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	51.930,0	56.339,3	8,5%
Despesas do Banco Central	**2.535,4**	**2.134,4**	**-15,8%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**38.416,1**	**4.675,0**	**-87,8%**
Tesouro Nacional	***74.791,7***	***38.725,3***	***-48,2%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-35.849,9***	***-34.021,3***	***-5,1%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	12.112,6	17.921,9	48,0%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-47.962,5	-51.943,3	8,3%
Banco Central [10/]	***-525,8***	***-29,0***	***-94,5%***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**858,4**	**0,0**	**-100,0%**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-1.833,1**	**nd**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**37.441,4**	**nd**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-126.235,5**	**nd**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-88.794,1**	**nd**	**-**
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS [2/]	8.948,1	9.896,3	10,6%
RMV [6/]	1.200,0	1.140,4	-5,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
1. RECEITA TOTAL	**89.331,9**	**101.203,2**	**99.875,8**	**-1,3%**	**11,8%**
Receitas do Tesouro Nacional	**64.110,0**	**74.147,2**	**71.821,5**	**-3,1%**	**12,0%**
Receita Bruta	***66.274,5***	***76.385,1***	***74.430,8***	***-2,6%***	***12,3%***
Impostos	*28.293,2*	*34.643,8*	*32.237,3*	-6,9%	13,9%
IR	18.648,8	25.314,0	22.590,9	-10,8%	21,1%
IR - Pessoa Física	2.002,5	2.241,2	2.596,0	15,8%	29,6%
IR - Pessoa Jurídica	6.863,7	12.026,2	8.764,2	-27,1%	27,7%
IR - Retido na Fonte	9.782,6	11.046,6	11.230,7	1,7%	14,8%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.866,5	6.651,4	6.270,6	-5,7%	6,9%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.060,4	2.119,2	2.417,3	14,1%	17,3%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.109,3	1.473,5	1.363,6	-7,5%	22,9%
IRRF - Outros Rendimentos	746,4	802,5	1.179,2	46,9%	58,0%
IPI	3.884,5	3.911,1	4.127,3	5,5%	6,2%
IPI - Fumo	435,4	477,1	481,5	0,9%	10,6%
IPI - Bebidas	264,6	291,2	280,6	-3,7%	6,0%
IPI - Automóveis	253,1	372,7	322,2	-13,5%	27,3%
IPI - Vinculado a importação	1.360,3	1.206,3	1.175,6	-2,5%	-13,6%
IPI - Outros	1.571,1	1.563,9	1.867,4	19,4%	18,9%
IOF	2.271,8	2.400,9	2.569,1	7,0%	13,1%
Imposto de Importação	3.467,7	2.993,7	2.916,1	-2,6%	-15,9%
Outros	20,4	24,1	33,8	40,4%	65,6%
Contribuições	*25.985,0*	*28.481,2*	*27.561,1*	*-3,2%*	*6,1%*
COFINS	15.908,1	15.444,5	15.933,8	3,2%	0,2%
CPMF	1,1	0,1	4,7	-	323,4%
CSLL	3.773,3	6.534,4	5.057,2	-22,6%	34,0%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,9	0,7	-19,5%	-15,3%
Pis/Pasep	4.151,0	4.073,3	4.183,6	2,7%	0,8%
Salário Educação	1.328,0	1.438,9	1.433,9	-0,4%	8,0%
Outras [2/]	822,7	989,1	947,3	-4,2%	15,1%
Demais	*11.996,3*	*13.260,1*	*14.632,5*	10,3%	22,0%
CPSS [3/]	962,1	1.097,1	982,2	-10,5%	2,1%
Cota parte de compensações financeiras	1.796,2	5.948,6	1.919,1	-67,7%	6,8%
Diretamente arrecadadas	2.944,9	3.667,9	3.294,9	-10,2%	11,9%
Concessões	876,1	1.414,3	75,3	-94,7%	-91,4%
Dividendos	4.814,2	5,2	5.399,1	-	12,1%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	602,9	1.126,9	2.961,9	162,8%	391,3%
(-) Restituições	***-2.164,4***	***-2.237,8***	***-2.609,3***	***16,6%***	***20,6%***
(-) Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Receitas da Previdência Social	**24.881,3**	**26.817,0**	**27.875,6**	**3,9%**	**12,0%**
Urbana	***24.347,4***	***26.268,4***	***27.312,1***	***4,0%***	***12,2%***
Rural	***533,8***	***548,6***	***563,4***	***2,7%***	***5,5%***
Receitas do Banco Central	**340,7**	**238,9**	**178,7**	**-25,2%**	**-47,6%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**16.058,1**	**13.116,4**	**17.410,5**	**32,7%**	**8,4%**
Transferências Constitucionais	***11.412,9***	***10.102,1***	***12.198,6***	***20,8%***	***6,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***162,5***	***162,5***	***162,5***	***0,0%***	***0,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***4.482,7***	***2.851,8***	***5.049,4***	***77,1%***	***12,6%***
Salário Educação	777,7	841,6	856,7	1,8%	10,2%
Royalties	2.999,1	1.307,4	3.479,6	166,1%	16,0%
Fundef/Fundeb	682,9	685,8	685,8	0,0%	0,4%
Outras	23,0	16,9	27,3	61,6%	18,8%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**73.273,8**	**88.086,8**	**82.465,3**	**-6,4%**	**12,5%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Ago	2014 Jan-Ago	Variação (%) Jan-Ago/14 Jan-Ago/13
1. RECEITA TOTAL	**747.795,1**	**802.795,8**	**7,4%**
Receitas do Tesouro Nacional	**556.524,6**	**590.839,0**	**6,2%**
Receita Bruta	***569.344,4***	***601.811,6***	***5,7%***
Impostos	*263.950,2*	*282.008,0*	*6,8%*
IR	190.519,1	206.042,6	8,1%
IR - Pessoa Física	18.841,8	20.430,4	8,4%
IR - Pessoa Jurídica	83.672,7	86.653,3	3,6%
IR - Retido na Fonte	88.004,6	98.958,9	12,4%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	51.659,8	56.973,1	10,3%
IRRF - Rendimentos do Capital	20.244,1	23.434,7	15,8%
IRRF - Remessas ao Exterior	10.153,1	11.791,7	16,1%
IRRF - Outros Rendimentos	5.947,5	6.759,4	13,7%
IPI	30.171,1	32.532,9	7,8%
IPI - Fumo	3.338,7	3.747,0	12,2%
IPI - Bebidas	2.438,5	2.383,4	-2,3%
IPI - Automóveis	2.347,4	2.817,0	20,0%
IPI - Vinculado a importação	9.640,7	9.785,8	1,5%
IPI - Outros	12.405,8	13.799,7	11,2%
IOF	19.304,7	19.203,0	-0,5%
Imposto de Importação	23.793,5	24.060,1	1,1%
Outros	161,7	169,4	4,7%
Contribuições	*218.977,5*	*227.114,0*	*3,7%*
COFINS	124.363,9	127.020,6	2,1%
CPMF	43,7	5,6	-87,2%
CSLL	43.562,6	46.196,6	6,0%
CIDE-Combustíveis	7,5	6,1	-19,1%
Pis/Pasep	33.038,8	33.972,4	2,8%
Salário Educação	11.158,9	12.329,6	10,5%
Outras [2/]	6.802,0	7.583,1	11,5%
Demais	*86.416,8*	*92.689,6*	*7,3%*
CPSS [3/]	7.658,6	8.218,3	7,3%
Cota parte de compensações financeiras	24.825,4	27.822,2	12,1%
Diretamente arrecadadas	30.246,0	30.129,7	-0,4%
Concessões	6.984,9	2.733,9	-60,9%
Dividendos	12.578,1	15.895,0	26,4%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	4.123,8	7.890,5	91,3%
(-) Restituições	***-12.768,2***	***-10.966,3***	***-14,1%***
(-) Incentivos Fiscais	***-51,6***	***-6,3***	***-87,8%***
Receitas da Previdência Social	**189.260,9**	**209.851,4**	**10,9%**
Urbana	***185.293,3***	***205.455,4***	***10,9%***
Rural	***3.967,6***	***4.396,0***	***10,8%***
Receitas do Banco Central	**2.009,6**	**2.105,4**	**4,8%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**125.810,8**	**141.041,8**	**12,1%**
Transferências Constitucionais	***95.196,8***	***104.483,5***	***9,8%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***1.300,0***	***3.087,5***	***137,5%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***57,3***	***116,1***	***102,5%***
Demais Transferências	***29.256,7***	***33.354,7***	***14,0%***
Salário Educação	6.638,3	7.306,9	10,1%
Royalties	15.884,4	16.214,2	2,1%
Fundef/Fundeb	6.540,0	8.116,1	24,1%
Outras	194,0	1.717,5	785,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**621.984,3**	**661.754,0**	**6,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
DIVIDENDOS	**4.814,2**	**5,2**	**5.399,1**	**-**	**12,1%**
Banco do Brasil	1.135,0	0,0	114,5	-	-89,9%
BNB	165,9	0,0	55,4	-	-66,6%
BNDES	1.725,0	0,0	3.000,0	-	73,9%
Caixa	1.200,0	0,0	2.144,4	-	78,7%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-	-
Petrobras	513,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Demais	75,2	5,2	84,9	-	12,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Ago	2014 Jan-Ago	Variação (%) Jan-Ago/14 Jan-Ago/13
DIVIDENDOS	**12.578,1**	**15.895,0**	**26,4%**
Banco do Brasil	2.452,5	1.348,7	-45,0%
BNB	228,0	97,5	-57,2%
BNDES	5.801,4	7.829,7	35,0%
Caixa	2.400,0	3.906,4	62,8%
Correios	101,1	0,0	-100,0%
Eletrobras	18,4	230,5	-
IRB	1,1	50,0	-
Petrobras	1.015,5	2.012,7	98,2%
Demais	560,1	419,5	-25,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
DESPESA TOTAL	**73.174,3**	**90.301,4**	**92.888,2**	**2,9%**	**26,9%**
Despesas do Tesouro	**42.242,0**	**58.103,7**	**58.904,5**	**1,4%**	**39,4%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***15.617,9***	***21.895,0***	***16.914,7***	***-22,7%***	***8,3%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***177,2***	***210,4***	***190,7***	***-9,3%***	*7,6%*
Custeio e Capital	***26.305,6***	***36.012,7***	***41.864,3***	***16,2%***	***59,1%***
Despesa do FAT	*4.509,3*	*4.664,7*	*9.716,3*	*108,3%*	*115,5%*
Abono e Seguro Desemprego	4.445,3	4.606,7	9.653,0	109,5%	117,1%
Demais Despesas do FAT	64,0	58,0	63,3	9,1%	-1,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*405,5*	*576,7*	*540,2*	*-6,3%*	*33,2%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-21,5	300,7	185,4	-38,4%	-
Equalização de custeio agropecuário	0,0	-1,2	19,2	-	-
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	-27,7	-4,4	-39,4	787,8%	42,2%
Política de preços agrícolas	14,7	132,3	111,8	-15,5%	658,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	-	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	14,7	74,3	32,7	-56,0%	121,6%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	58,0	79,1	36,4%	-
Pronaf	-70,2	-3,7	44,6	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	-1,6	12,4	-	-
Concessão de Financiamento [6/]	-70,2	-2,1	32,2	-	-
Proex	-138,9	61,5	27,6	-55,1%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	3,0	129,9	57,0	-56,1%	-
Concessão de Financiamento [6/]	-141,9	-68,4	-29,4	-57,1%	-79,3%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	22,6	0,0	0,0	-	-100,0%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	1,2	-16,3	-31,3	92,8%	-
Funcafé	1,4	2,8	1,8	-36,7%	26,8%
Revitaliza	2,3	0,0	0,0	-	-100,0%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8,6	44,9	7,1	-84,1%	-17,5%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	40,0	40,0	0,0%	-
Capitalização à Emgea	114,3	0,0	0,0	-	-100,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	50,1	43,9	0,0	-100,0%	-100,0%
Subvenções Econômicas			4,0	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*427,0*	*276,0*	*354,8*	*28,6%*	*-16,9%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*2.815,0*	*3.485,6*	*3.126,6*	*-10,3%*	*11,1%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	-
Auxílio à CDE	*1.450,0*	*1.200,0*	*1.150,0*	*-4,2%*	*-20,7%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	17.125,7	26.085,8	27.331,3	*4,8%*	*59,6%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	50,9	174,2	220,5	26,6%	332,8%
Legislativo	118,7	154,2	125,4	-18,7%	5,6%
Judiciário	602,4	794,8	698,8	-12,1%	16,0%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	409,1	228,3	247,5	8,4%	-39,5%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.582,9	5.006,8	8.448,9	68,7%	227,1%
Outras Obrigatórias [10/]	159,0	323,6	1.145,1	253,9%	620,2%
Discricionárias	12.295,6	17.845,4	14.909,3	-16,5%	21,3%
Compensação RGPS [11/]	*907,1*	*1.558,5*	*1.535,8*	***-1,5%***	***69,3%***
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***318,5***	***196,0***	***125,5***	***-35,9%***	***-60,6%***
Benefícios Previdenciários	**30.614,5**	**31.812,5**	**33.736,8**	**6,0%**	**10,2%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***22.729,8***	***24.321,8***	***25.097,6***	***3,2%***	***10,4%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*323,6*	*412,1*	*408,7*	*-0,8%*	*26,3%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***7.884,7***	***7.490,7***	***8.639,2***	***15,3%***	***9,6%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*113,3*	*127,7*	*141,6*	*10,9%*	*25,0%*
Despesas do Banco Central	**317,82**	**385,23**	**246,90**	**-35,9%**	**-22,3%**
Memo:					
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.114,6	1.254,2	1.219,3	-2,8%	9,4%
RMV [8/]	*143,24*	*155,60*	*135,98*	*-12,6%*	*-5,1%*

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Ago	2014 Jan-Ago	Variação (%) Jan-Ago/14 Jan-Ago/13
DESPESA TOTAL	**583.568,2**	**657.079,0**	**12,6%**
Despesas do Tesouro	**355.922,1**	**411.071,8**	**15,5%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***132.161,5***	***141.264,8***	***6,9%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***4.612,6***	***1.472,2***	*-68,1%*
Custeio e Capital	***222.149,6***	***268.105,1***	***20,7%***
Despesa do FAT	*29.582,8*	*33.379,5*	*12,8%*
Abono e Seguro Desemprego	29.257,8	33.065,9	13,0%
Demais Despesas do FAT	325,0	313,5	-3,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*7.125,8*	*6.082,8*	*-14,6%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.042,2	3.104,9	-23,2%
Equalização de custeio agropecuário	102,0	549,3	438,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	332,7	43,5	-86,9%
Política de preços agrícolas	178,7	666,6	273,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	85,1	7,6	-91,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-75,7	361,9	-
Garantia à Sustentação de Preços	169,3	297,1	75,5%
Pronaf	1.644,0	517,4	-68,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.702,6	427,2	-74,9%
Concessão de Financiamento [6/]	-58,6	90,2	-
Proex	39,5	319,8	710,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	390,9	561,6	43,6%
Concessão de Financiamento [6/]	-351,4	-241,8	-31,2%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	590,3	272,9	-53,8%
Álcool	0,0	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	57,3	-51,0	-
Funcafé	50,0	53,2	6,4%
Revitaliza	6,9	0,0	-100,0%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	96,5	105,9	9,7%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	247,0	118,1	-52,2%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,1	0,8	734,6%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	250,0	80,0	-68,0%
Capitalização à Emgea	114,3	0,0	-100,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	332,8	286,1	-14,0%
Subvenções Econômicas	0,0	142,1	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*3.083,6*	*2.978,0*	-3,4%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*22.461,8*	*25.063,4*	*11,6%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	-
Auxílio à CDE	*1.968,0*	*6.451,8*	*227,8%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	161.011,1	197.127,6	*22,4%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	512,1	1.033,6	101,8%
Legislativo	973,5	1.085,2	11,5%
Judiciário	4.706,2	5.400,9	14,8%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	4.490,3	3.085,2	-31,3%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	29.041,3	42.292,1	45,6%
Outras Obrigatórias [10/]	2.523,3	2.785,6	10,4%
Discricionárias	113.540,7	130.134,1	14,6%
Compensação RGPS [11/]	5.223,6	11.310,8	116,5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***1.610,9***	***1.701,9***	***5,6%***
Benefícios Previdenciários	**225.110,7**	**243.872,8**	**8,3%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***173.180,7***	***187.533,5***	***8,3%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*4.792,3*	*3.204,8*	*-33,1%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***51.930,0***	***56.339,3***	***8,5%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*1.471,6*	*977,2*	*-33,6%*
Despesas do Banco Central	**2.535,4**	**2.134,4**	**-15,8%**
Memo:			
Parcela patronal da CPSS [2/]	8.948,1	9.896,3	10,6%
RMV [8/]	1.200,0	1.140,4	-5,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	Jan-Ago/2013						Jan-Ago/2014					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Dotação autorizada no ano [4/]	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**105.753,7**	**42.729,5**	**11.294,0**	**10.662,1**	**31.450,1**	**42.112,2**	**102.192,7**	**48.575,6**	**17.169,4**	**16.352,2**	**37.310,2**	**53.662,4**
Câmara dos Deputados	267,8	21,5	2,4	2,4	23,0	25,4	233,0	32,4	4,9	4,9	29,9	34,8
Senado Federal	68,4	18,0	5,9	5,9	13,7	19,6	69,8	15,0	2,6	2,6	10,2	12,8
Tribunal de Contas da União	95,9	31,2	3,6	3,6	18,5	22,0	61,2	20,2	4,8	4,8	45,4	50,2
Supremo Tribunal Federal	43,8	7,8	3,6	3,6	6,3	9,9	39,4	8,6	4,3	4,3	7,9	12,2
Superior Tribunal de Justiça	34,1	3,4	3,3	3,2	12,3	15,6	24,7	10,4	6,8	6,8	29,9	36,7
Justiça Federal	320,9	371,3	22,7	22,0	124,8	146,8	385,4	200,4	35,3	34,4	152,2	186,6
Justiça Militar	14,0	1,6	0,6	0,6	4,0	4,6	19,5	5,4	1,2	1,2	4,5	5,7
Justiça Eleitoral	345,6	66,8	6,5	6,0	93,6	99,6	314,3	116,8	74,6	18,7	96,5	115,2
Justiça do Trabalho	679,7	151,4	74,2	73,4	243,8	317,1	641,7	104,4	19,5	17,7	171,5	189,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	78,8	29,8	4,1	4,0	49,4	53,4	67,3	19,5	12,9	12,2	17,1	29,3
Conselho Nacional de Justiça	70,4	1,6	0,4	0,4	38,4	38,8	67,2	4,6	2,6	2,6	56,1	58,7
Presidência da República [5/]	3.856,6	1.543,5	931,8	931,3	1.028,4	1.959,7	4.400,5	1.518,4	1.129,7	1.128,6	777,5	1.906,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	891,6	479,9	184,4	184,3	23,7	208,0	743,6	10,6	7,0	7,0	195,9	202,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.367,2	270,7	15,0	12,3	534,6	546,9	1.271,2	581,9	40,9	21,3	645,8	667,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.849,6	519,5	168,2	122,7	369,5	492,2	1.490,9	466,1	285,5	152,4	437,8	590,2
Ministério da Fazenda	1.800,2	469,3	137,0	135,6	511,8	647,4	1.617,5	382,9	217,4	214,0	359,7	573,7
Ministério da Educação	13.829,9	2.641,2	951,2	893,0	5.067,0	5.960,0	14.818,1	8.907,4	1.700,7	1.567,2	5.335,4	6.902,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	233,5	65,7	10,7	10,5	34,4	45,0	167,9	40,1	18,5	18,5	35,7	54,2
Defensoria Pública da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,4	2,5	1,6	1,6	1,6	3,2
Ministério da Justiça	2.265,4	636,3	70,1	68,7	682,2	750,9	1.875,6	313,2	55,1	45,0	1.003,0	1.048,0
Ministério de Minas e Energia	230,4	24,9	10,6	7,6	39,8	47,4	193,5	175,7	69,2	66,9	66,4	133,4
Ministério da Previdência Social	174,8	75,9	5,8	2,5	93,5	96,1	146,0	102,2	47,2	36,3	83,6	119,9
Ministério Público da União	374,6	30,5	2,9	2,8	127,1	130,0	350,0	54,8	22,0	22,0	121,5	143,5
Ministério das Relações Exteriores	41,7	14,4	9,7	9,7	14,5	24,2	30,2	14,4	8,1	8,1	3,4	11,5
Ministério da Saúde	10.196,2	1.923,3	686,8	672,6	1.724,4	2.397,0	10.034,0	3.178,5	1.043,5	874,4	2.484,4	3.358,8
Ministério do Trabalho e Emprego	89,4	18,9	1,9	1,8	24,1	25,9	106,0	13,3	1,3	1,2	18,7	19,9
Ministério dos Transportes	15.902,6	7.152,0	921,1	914,9	4.818,7	5.733,6	15.882,9	8.817,0	2.428,5	2.424,6	6.603,0	9.027,6
Ministério das Comunicações	412,8	253,3	18,3	18,3	145,4	163,7	339,2	233,3	80,1	80,1	159,5	239,6
Ministério da Cultura	1.347,4	398,3	65,3	64,1	148,2	212,3	522,1	113,3	15,3	13,0	246,4	259,4
Ministério do Meio Ambiente	218,0	83,1	1,9	1,8	59,2	60,9	415,4	60,9	8,4	8,4	67,9	76,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.773,3	1.915,3	252,9	157,0	1.061,3	1.218,3	1.901,8	841,7	89,7	87,2	3.426,2	3.513,5
Ministério do Esporte	2.356,9	621,7	2,4	2,4	283,0	285,4	2.212,7	838,3	73,1	63,1	462,4	525,5
Ministério da Defesa	9.824,7	6.303,4	2.644,6	2.319,8	3.867,1	6.186,8	9.512,3	6.131,2	2.151,1	2.016,7	5.631,6	7.648,4
Ministério da Integração Nacional	7.915,7	3.930,0	1.229,6	1.198,6	1.923,2	3.121,9	7.581,1	3.039,0	788,6	690,7	2.040,5	2.731,1
Ministério do Turismo	2.926,2	983,1	0,0	0,0	347,3	347,3	1.096,2	496,8	11,6	11,6	313,5	325,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	950,1	262,2	6,0	6,0	367,5	373,5	925,1	398,0	53,8	52,9	499,3	552,2
Ministério das Cidades	18.561,2	11.387,0	2.837,4	2.797,5	7.513,3	10.310,8	22.391,3	11.275,2	6.647,3	6.625,1	5.643,6	12.268,7
Ministério da Pesca e Agricultura	335,2	21,0	1,2	1,2	11,5	12,8	191,8	24,6	1,5	1,5	19,3	20,8
Conselho Nacional do Ministério Público	9,0	0,6	0,0	0,0	1,5	1,6	7,2	0,4	0,2	0,2	1,7	1,9
Advocacia Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,6	6,1	2,8	2,6	3,3	5,9

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	**103.232,4**	**99.259,9**	**116.322,5**	**17,2%**	**12,7%**
1.1. Recolhimento Bruto	74.967,9	68.772,9	84.672,8	23,1%	12,9%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.386,1	1.711,8	1.540,5	-10,0%	11,1%
1.4. Receita das Operações de Crédito	334,2	183,5	334,2	82,1%	0,0%
1.5. Receita do Salário Educação	1.476,0	1.603,9	1.594,4	-0,6%	8,0%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	25.068,2	26.987,7	28.180,6	4,4%	12,4%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS	**113.067,4**	**123.588,4**	**135.348,8**	**9,5%**	**19,7%**
2.1. Liberações Vinculadas	***22.366,1***	***14.976,6***	***23.681,5***	***58,1%***	***5,9%***
Transferências a Fundos Constitucionais	12.164,0	10.763,6	13.002,2	20,8%	6,9%
Demais transferências a Estados e Municípios	3.799,9	2.364,7	4.253,5	79,9%	11,9%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	162,5	0,0	-100,0%	-100,0%
Outras Vinculações	6.239,7	1.685,8	6.425,8	281,2%	3,0%
2.2. Liberações Ordinárias	***90.701,3***	***108.611,8***	***111.667,3***	***2,8%***	***23,1%***
Pessoal e Encargos Sociais	16.871,9	18.454,1	18.730,9	1,5%	11,0%
Encargos da Dívida Contratual	50,2	817,5	13,8	-98,3%	-72,5%
Dívida Contratual Interna	48,0	12,3	11,8	-3,9%	-75,5%
Dívida Contratual Externa	2,2	805,3	2,0	-99,7%	-8,2%
Encargos da DPMF - Mercado	9.440,7	16.410,6	15.065,2	-8,2%	59,6%
Benefícios Previdenciários	35.159,0	31.681,9	33.540,8	5,9%	-4,6%
Custeio e Investimento	29.065,9	40.842,6	43.578,3	6,7%	49,9%
Operações Oficiais de Crédito	113,7	405,0	738,4	82,3%	549,4%
Restos a Pagar	0,0	0,0	1,0	-	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	**-9.835,1**	**-24.328,6**	**-19.026,3**	**-21,8%**	**93,5%**
FLUXO DE FINANCIAMENTO				-	-
4. RECEITAS	**34.674,9**	**30.902,1**	**46.886,2**	**51,7%**	**35,2%**
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	32.888,2	28.606,1	45.155,1	57,9%	37,3%
4.2. Outras Operações de Crédito	1.786,7	2.296,0	1.731,2	-24,6%	-3,1%
5. DESPESAS	**5.174,9**	**61.239,0**	**44.689,2**	**-27,0%**	**763,6%**
5.1. Amortização da Dívida Interna	5.172,7	60.916,6	43.687,2	-28,3%	744,6%
Resgate de Títulos - Mercado	4.949,5	60.882,4	43.654,8	-28,3%	782,0%
Dívida Contratual	223,2	34,2	32,4	-5,3%	-85,5%
5.2. Amortização da Dívida Externa	2,1	322,5	1.002,0	210,7%	-
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	**27.715,4**	**-32.310,4**	**1.467,9**	**-**	**-94,7%**
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**-2.166,2**	**-33.651,0**	**18.621,3**	**-**	**-**
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	**17.498,8**	**-88.316,5**	**1.792,0**	**-**	**-89,8%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Ago	2014 Jan-Ago	Variação (%) Jan-Ago/14 Jan-Ago/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	**776.732,2**	**848.376,5**	**9,2%**
1.1. Recolhimento Bruto	557.739,8	607.956,0	9,0%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	13.020,2	13.216,4	1,5%
1.4. Receita das Operações de Crédito	2.395,7	1.811,7	-24,4%
1.5. Receita do Salário Educação	12.388,1	13.723,2	10,8%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	191.239,9	211.675,4	10,7%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	**836.840,4**	**946.226,6**	**13,1%**
2.1. Liberações Vinculadas	***164.035,0***	***184.501,2***	***12,5%***
Transferências a Fundos Constitucionais	101.494,3	111.395,7	9,8%
Demais transferências a Estados e Municípios	22.793,1	25.053,5	9,9%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	1.300,0	3.087,5	137,5%
Outras Vinculações	38.447,6	44.964,5	17,0%
2.2. Liberações Ordinárias	***672.805,4***	***761.725,5***	***13,2%***
Pessoal e Encargos Sociais	142.233,7	152.513,7	7,2%
Encargos da Dívida Contratual	3.369,4	4.342,7	28,9%
Dívida Contratual Interna	504,0	221,1	-56,1%
Dívida Contratual Externa	2.865,4	4.121,6	43,8%
Encargos da DPMF - Mercado	73.566,0	76.960,1	4,6%
Benefícios Previdenciários	221.991,3	232.273,5	4,6%
Custeio e Investimento	226.009,2	291.050,8	28,8%
Operações Oficiais de Crédito	5.635,8	4.584,7	-18,7%
Restos a Pagar	0,0	1,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	**-60.108,2**	**-97.850,2**	**62,8%**
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	**256.083,3**	**356.407,0**	**39,2%**
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	239.192,9	339.236,7	41,8%
4.2. Outras Operações de Crédito	16.890,4	17.170,3	1,7%
5. DESPESAS	**345.839,5**	**372.585,4**	**7,7%**
5.1. Amortização da Dívida Interna	340.894,5	369.067,3	8,3%
Resgate de Títulos - Mercado	338.854,8	368.147,8	8,6%
Dívida Contratual	2.039,7	919,5	-54,9%
5.2. Amortização da Dívida Externa	4.945,0	3.518,1	-28,9%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	**-101.701,6**	**-29.830,6**	**-70,7%**
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**-2.490,5**	**25.186,8**	**-**
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	**-152.354,9**	**-88.841,7**	**-41,7%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**3.833,8**	**18.249,0**	**44.923,6**	**146,2%**	**-**
Emissão de Títulos	0,0	13.291,3	39.972,0	200,7%	-
Remuneração das Disponibilidades	3.525,6	4.594,8	4.590,3	-0,1%	30,2%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	308,3	362,9	361,3	-0,4%	17,2%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	**6.000,0**	**51.900,0**	**26.302,3**	**-49,3%**	**338,4%**
Resgate de Títulos	0,0	43.200,0	20.113,2	-53,4%	-
Encargos da DPMF	6.000,0	8.700,0	6.189,1	-28,9%	3,2%
3. RESULTADO (1 - 2)	**-2.166,2**	**-33.651,0**	**18.621,3**	**-**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

-

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Ago	2014 Jan-Ago	Variação (%) Jan-Ago/14 Jan-Ago/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**165.356,2**	**246.596,0**	**49,13%**
Emissão de Títulos	116.189,8	172.934,2	48,84%
Remuneração das Disponibilidades	33.346,7	39.358,8	18,03%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	3.273,9	3.524,2	7,64%
Resultado do Banco Central	12.545,8	30.778,9	145,33%
2. DESPESAS NO BACEN	**167.846,7**	**221.409,2**	**31,91%**
Resgate de Títulos	129.956,2	183.025,2	40,84%
Encargos da DPMF	37.890,5	38.384,1	1,30%
3. RESULTADO (1 - 2)	**-2.490,5**	**25.186,8**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/14 Jul/14	Ago/14 Ago/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**869.898,8**	**896.865,5**	**920.094,1**	**2,6%**	**5,8%**
Dívida Interna	**2.781.374,4**	**3.006.429,0**	**3.022.896,2**	**0,5%**	**8,7%**
DPMFi em Poder do Público [1/]	***1.895.835,1***	***2.081.973,6***	***2.075.113,5***	***-0,3%***	***9,5%***
LFT	440.455,1	421.419,9	428.472,8	1,7%	-2,7%
LTN	547.744,3	613.226,7	640.507,2	4,4%	16,9%
NTN-B	605.782,6	720.462,2	671.178,3	-6,8%	10,8%
NTN-C	65.863,5	68.668,7	69.030,1	0,5%	4,8%
NTN-F	199.945,8	221.733,8	229.863,3	3,7%	15,0%
Dívida Securitizada	7.817,8	7.277,6	7.237,0	-0,6%	-7,4%
Demais Títulos em Poder do Público	28.225,9	29.184,8	28.824,7	-1,2%	2,1%
DPMFi em Poder do Banco Central	***915.092,6***	***970.900,6***	***992.013,1***	***2,2%***	***8,4%***
LFT	154.113,5	184.557,4	186.154,6	0,9%	20,8%
LTN	315.235,8	284.811,2	324.346,6	13,9%	2,9%
Demais Títulos na Carteira do BCB	445.743,3	501.532,0	481.511,9	-4,0%	8,0%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-32.673,6***	***-33.034,9***	***-30.762,4***	***-6,9%***	***-5,8%***
Demais Obrigações Internas	***3.120,3***	***-13.410,3***	***-13.468,0***	***0,4%***	***-***
Haveres Internos	**1.911.475,7**	**2.109.563,4**	**2.102.802,2**	**-0,3%**	**10,0%**
Disponibilidades Internas	***505.710,9***	***575.463,3***	***566.522,1***	***-1,6%***	***12,0%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***512.995,0***	***532.054,2***	***529.678,2***	***-0,4%***	***3,3%***
Bônus Renegociados	5.679,7	4.856,9	4.694,6	-3,3%	-17,3%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.418,4	1.221,3	1.214,0	-0,6%	-14,4%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.401,1	12.725,4	12.676,9	-0,4%	2,2%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	16.704,7	13.178,6	13.155,3	-0,2%	-21,2%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	400.372,1	419.336,3	417.222,5	-0,5%	4,2%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	68.059,5	73.470,5	73.497,0	0,0%	8,0%
Antecipação de Royalties	6.342,7	5.248,4	5.213,7	-0,7%	-17,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.016,8	2.016,9	2.004,3	-0,6%	-0,6%
Haveres da Administração Indireta	***319.680,7***	***365.267,9***	***368.419,6***	***0,9%***	***15,2%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	180.191,2	195.066,6	195.685,1	0,3%	8,6%
Fundos Constitucionais Regionais	80.189,2	88.893,7	89.704,6	0,9%	11,9%
Fundos Diversos	59.300,3	81.307,5	83.029,9	2,1%	40,0%
Haveres Administrados pela STN	***573.089,0***	***636.778,1***	***638.182,1***	***0,2%***	***11,4%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.779,4	5.820,8	5.809,9	-0,2%	0,5%
Haveres de Operações Estruturadas	69.969,3	67.606,4	67.590,5	0,0%	-3,4%
Haveres Originários de Privatizações	9.102,5	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	463.068,0	539.195,2	540.776,3	0,3%	16,8%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.169,8	24.155,7	24.005,4	-0,6%	-4,6%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**95.278,6**	**90.840,4**	**93.945,0**	**3,4%**	**-1,4%**
Dívida Externa	**95.838,4**	**91.205,6**	**94.425,1**	**3,5%**	**-1,5%**
Dívida Mobiliária	***86.298,3***	***82.037,1***	***85.418,6***	***4,1%***	***-1,0%***
Euro	2.624,2	5.567,0	5.424,5	-2,6%	106,7%
Global US$	70.234,0	63.184,5	66.594,7	5,4%	-5,2%
Global BRL	13.402,3	13.285,6	13.399,4	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	37,8	0,0	0,0	-	-100,0%
Dívida Contratual	***9.540,1***	***9.168,6***	***9.006,5***	***-1,8%***	***-5,6%***
Organismos Multilaterais	2.898,9	2.978,9	2.949,8	-1,0%	1,8%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.641,2	6.189,7	6.056,7	-2,1%	-8,8%
Haveres Externos	**559,8**	**365,3**	**480,1**	**31,4%**	**-14,2%**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***559,8***	***365,3***	***480,1***	***31,4%***	***-14,2%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	**965.177,4**	**987.705,9**	**1.014.039,0**	**2,7%**	**5,1%**
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [2/]	**20,6%**	**19,7%**	**20,1%**	**2,0%**	**-2,6%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim
FPM / FPE / IPI - Exportação

TesouroNacional

Em agosto de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 21,48% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R$ 9.428,5 milhões, ante R$ 7.761,2 milhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em agosto, as transferências a título de FPM e FPE atingiram R$ 9,4 bilhões , já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Milhões

Origens	2013			2014			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Até Agosto	Julho	Agosto	Até Agosto	Ago/14	Ago/14	Até Ago/14
FPM	3.446,7	4.506,5	37.784,7	3.968,8	4.821,4	41.472,8	21,48%	6,99%	9,76%
FPE	3.293,5	4.306,2	36.105,5	3.792,4	4.607,1	39.629,5	21,48%	6,99%	9,76%
IPI - Exp	296,8	317,6	2.267,2	320,5	330,4	2.484,6	3,08%	4,02%	9,59%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

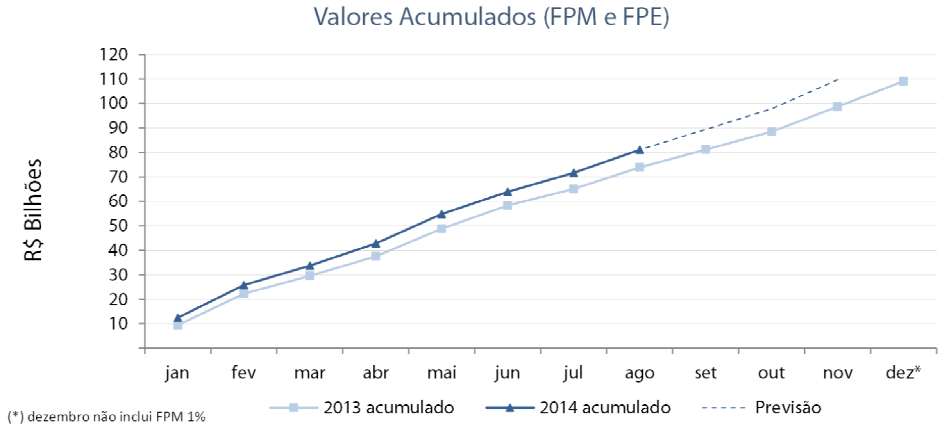
MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	20,5%	21,48%	20,5%	21,48%	9,7%	3,08%

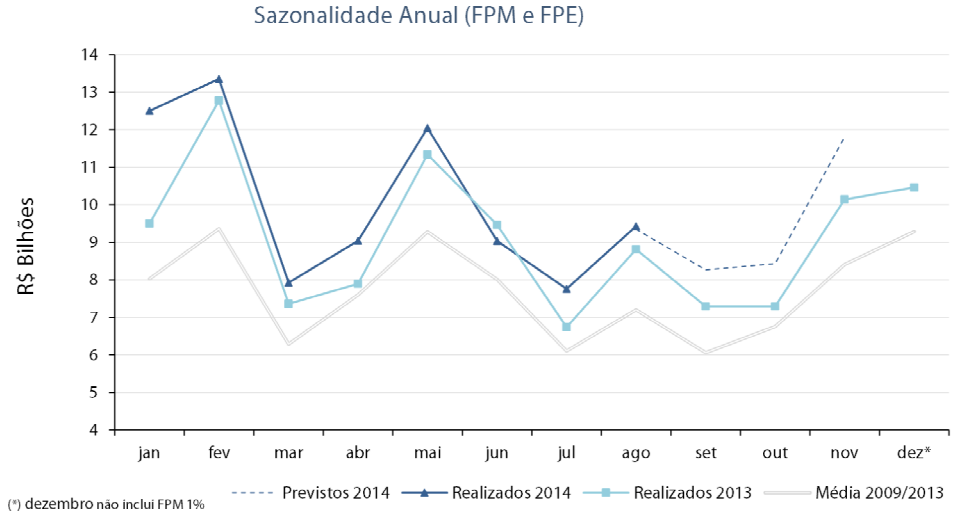
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Setembro	Outubro	Novembro
FPM	-12,3%	2,0%	40,0%
FPE	-12,3%	2,0%	40,0%
IPI - EXP	-1,3%	11,0%	3,0%

Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2014 a 20/08/2014, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3º DEC	2.721,8	15.256,1	17.978,0	AGO/1º DEC	3.092,2	3.236,0	217,7	6.546,0
AGO/1º DEC	821,2	1.563,3	2.384,5	AGO/2ª DEC	410,1	429,2	65,7	905,0
AGO/2ª DEC	587,1	5.836,0	6.423,1	AGO/3º DEC	1.104,8	1.156,2	47,0	2.307,9
TOTAL	4.130,1	22.655,4	26.785,5	**TOTAL**	4.607,1	4.821,4	330,4	9.758,9

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R$ Milhões

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	25,7	157,6	0,02
Alagoas	AL	115,0	191,7	0,3
Amazonas	AM	74,0	128,6	2,6
Amapá	AP	19,0	157,2	0,6
Bahia	BA	441,6	432,9	18,6
Ceará	CE	239,5	338,0	2,1
Distrito Federal	DF	8,2	31,8	0,5
Espírito Santo	ES	83,6	69,1	16,4
Goiás	GO	177,0	131,0	7,5
Maranhão	MA	200,4	332,6	3,0
Minas Gerais	MG	632,3	205,2	47,6
Mato Grosso do Sul	MS	71,6	61,4	6,0
Mato Grosso	MT	88,0	106,3	5,1
Pará	PA	169,5	281,6	19,5
Paraíba	PB	155,9	220,7	0,4
Pernambuco	PE	237,4	317,9	1,4
Piauí	PI	128,0	199,1	0,07
Paraná	PR	325,9	132,8	26,1
Rio de Janeiro	RJ	144,7	70,4	55,7
Rio Grande do Norte	RN	121,5	192,5	0,3
Rondônia	RO	41,0	129,7	1,0
Roraima	RR	24,0	114,3	0,01
Rio Grande do Sul	RS	326,3	108,5	31,7
Santa Catarina	SC	188,3	59,0	17,7
Sergipe	SE	72,0	191,4	0,2
São Paulo	SP	642,5	46,1	66,1
Tocantins	TO	68,6	200,0	0,3
TOTAL		**4.821,4**	**4.607,1**	**330,4**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Inter-governamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br